

CPMF ENTRA NA BARGANHA

Lisandra Paraguassú
Da equipe do **Correio**

O presidente Fernando Henrique Cardoso aceita negociar com o Congresso a troca do aumento de 10% no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por uma alíquota 0,05% maior na Contribuição sobre Movimentação Financeira (CPMF). “É possível negociar”, disse ele no início da noite, em São Paulo. E acrescentou: “Temos que avaliar o que causa menos dano”.

O aumento anunciado na alíquota do Imposto de Renda se tornou um pesadelo para os parlamentares da base governista que já começam a planejar suas campanhas. O aceno de Fernando Henrique à negociação funcionou como um alívio. Se a troca proposta de fato acontecer, o apoio ao pacote de ajuste fiscal poderá trazer menos danos à imagem eleitoral dos partidos governistas do que os líderes imaginavam.

“O presidente Fernando Henrique deixou claro que, se o Congresso apresentar alternativas, é possível que o governo aceite”, afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Junto com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), Magalhães entregou uma carta a Fernando Henrique com o pedido de revisão do aumento do IR, logo depois do almoço com o presidente argentino Carlos Menem.

Com a proposta de troca, apresentada pela bancada do PMDB na Câmara, entrariam R\$ 1,8 bilhão nos cofres públicos. São R\$ 800 milhões a mais do que o mínimo exigido pela equipe econômica para começar a conversar.

A proposta não chega a ser agradável para o bolso dos brasileiros, mas pode ter um efeito bem menos chocante — e mais fácil de ser digerido — até as eleições do ano que vem — do que a proposta original do governo.

“Esse é um imposto com a qual as pessoas já estão acostumadas”, afirma o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

RISCO

A idéia do aumento da CPMF não é nova. A própria equipe econômica do governo a teria estudado antes de definir o pacote. Os homens do dinheiro, no entanto, não se convenceram de que valia a pena correr o risco de

trocá-la pelo aumento do IR.

Cobrado da maior parte dos assalariados na fonte — ou antes mesmo de que eles recebam o salário do mês —, o imposto de renda é receita garantida, com pouca possibilidade de sonegação, e nenhuma de passar o custo adiante. O governo também sabe exatamente quanto pode arrecadar, já que os 8% da população que pagam IR são facilmente identificáveis.

A CPMF espalharia o custo da con-

tribuição entre um número muito maior de pessoas — pelos cálculos apresentados pelo PMDB, cerca de 30% dos brasileiros têm conta bancária, sem contar as contas empresariais. Como consequência, a arrecadação seria maior, mas a fisgada no bolso menos sentida.

No entanto, um dos temores da equipe econômica é de que as empresas atingidas pelo aumento terminem por repassar o aumento da alí-

quota para seus preços finais, o que traria o risco de um aumento da inflação. Este foi o motivo pelo qual o governo decidiu não mexer no imposto de rendas das empresas. O líder do PMDB desconsidera a questão. “A CPMF está aí e não mudou nada”, afirma. “A equipe econômica tem que lembrar que antes era contra o imposto, e agora defende”.

O projeto que estende a cobrança da alíquota até 1999 está tramitando

no Congresso, e deve ser votado esta semana pela Câmara. Outro dos temores do Palácio do Planalto era de que, com a alíquota maior, a proposta fosse rejeitada — seriam cerca de R\$ 7 bilhões a menos no já apertado orçamento de 1998. Depois do susto do aumento do imposto de renda, a CPMF com percentual mais alto agora seria facilmente digerida pelos parlamentares.

O aumento da alíquota não é, no

entanto, a única proposta surgida no Congresso ontem à tarde. O PFL pretende levar a Fernando Henrique outras três propostas. A primeira delas é desenterrar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), proposto pelo próprio Fernando Henrique quando era senador. O partido pretende ainda propor o aumento do tributo sobre lucros das empresas e a criação de um imposto sobre compras em cartão de crédito no exterior.

Wanderlei Pozzembom



Magalhães (E), com o ex-presidente José Sarney e o presidente do Banco Central Gustavo Franco: alternativas menos impopulares para garantir apoio no Congresso e facilitar campanha eleitoral